

ESTADO DO ACRE Secretaria de Estado de Fazenda

Conselho de Contribuintes do Estado do Acre

48/2015	
2012/10/45104	
JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA	
NÃO CONSTA	
FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	
FELIX ALMEIDA DE ABREU	
Conselheiro HILTON DE ARAÚJO SANTOS	
	2012/10/45104 JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA NÃO CONSTA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ICMS. VENDA INTERNA. FARINHA DE TRIGO ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE CINQUENTA QUILOGRAMAS DESTINADA ÀINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO, BISCOITO E MACARRÃO. DECRETO Nº 13.286/2005. PORTARIA Nº 87/2006. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. REQUISITO. INDICAÇÃO NO DOCUMENTO FISCAL DO VALOR DO DESCONTO EQUIVALENTE AO ICMS DISPENSADO. AUSÊNCIA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE.

- 1. O Decreto nº 13.286, de 29 de novembro de 2005, na forma de seu artigo 1º, reduziu em 100% a base de cálculo do ICMS incidente sobre as operações com farinha de trigo acondicionada em saco de 50 kg, desde que adquiridas diretamente de moinhos, quando destinada à indústria de panificação, biscoito e macarrão.
- 2. A Portaria nº 87, de 16 de março de 2006, estendeu a citada redução de base de cálculo às vendas internas realizadas por atacadistas ou distribuidores deste Estado, destinadas às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes desta Secretaria (art. 1º, caput), condicionado ao desconto no preço de venda, do valor equivalente ao imposto dispensado, com sua indicação no respectivo documento fiscal (art. 1º, parágrafo único).
- 3. O Recorrente não indicou nos documentos fiscais juntados aos autos (fls. 20/67) o valor do desconto concedido por ocasião da venda interna de farinha de trigo embalada em saco de 50 kg às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado do Acre, não se podendo, por conseguinte, afirmar se houve ou não a concessão de desconto no preço de venda equivalente a respectiva desoneração.
- 4. Recurso voluntário improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA, ACORDAM os membros do Conselho de Contribuintes do Estado do Acre, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário da supracitada empresa e, via de consequência, manter, por seus próprios fundamentos, a decisão singular da Diretoria de Administração Tributária da SEFAZ/AC de nº 819/2013, que manteve o lançamento consignado na Notificação Especial nº 076601/2012, referente às notas fiscais de números 8.774 e 8.773; e Notificação Especial nº 079717/2012, referente às notas fiscais de números 8.812, 8.894 e 8.893 (fls. 8/16), em razão da não concessão de desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado nos termos do Decreto 13.286/2005, assim como da ausência de seu destaque no respectivo documento fiscal (fls. 20/67), por ocasião da venda interna de farinha de trigo embalada em saco de 50 kg às indústrias de panificação, biscoito e macarrão inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado do Acre, tudo nos termos do voto do Relator, que é parte integrante deste julgado. Participaram do julgamento os Conselheiros a seguir nominados: Israel Monteiro de Souza



ESTADO DO ACRE Secretaria de Estado de Fazenda

Conselho de Contribuintes do Estado do Acre

(Presidente), Hilton de Araújo Santos (Relator), Antônio Raimundo Silva de Almeida, Nabil Ibrahim Chamchoum, Luiz Antônio Pontes Silva, Maria do Socorro Bezerra Nobre e Reynaldo Martins Mandu. Presente, ainda, o Procurador do Estado Luís Rafael Marques de Lima. Sala das Sessões, Rio Branco, capital do Estado do Acre, 17 de junho de 2015.

Israel Monteiro de Souza

Presidente

Hilton de Araujo Santos Conselheiro - Relator

Luís Rafael Marques de Lima Procurador do Estado



Processo Administrativo nº 2012/10/45104

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2012/10/45104

RECORRENTE: JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 01.011.528/003-81

ASSUNTO: CORREÇÃO DE NOTIFICAÇÃO ESPECIAL

ADVOGADO: NÃO CONSTA

PROCURADOR FISCAL: FELIX ALMEIDA DE ABREU

RELATOR: HILTON DE ARAÚJO SANTOS

A empresa JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA, já identificada nestes autos, interpôs RECURSO VOLUNTÁRIO (fls. 78/79), em 22 de agosto de 2013, contra a Decisão Administrativa nº 819 (fls. 75/76), proferida em 22 de julho de 2013, e intimada em 23 de julho de 2013 (fls. 77), pela Diretoria de Administração Tributária que julgou improcedente, em razão da não concessão de desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado nos termos do Decreto 13.286/2005, assim como de seu destaque no respectivo documento fiscal, por ocasião da venda de farinha de trigo acondicionada em sacos de 50 quilogramas (parágrafo único do art. 1º da Portaria 87/2006), o pedido de correção/cancelamento da Notificação Especial nº 076601/2012, referente às notas fiscais de números 8.774 e 8.773; e Notificação Especial nº 079717/2012, referente às notas fiscais de números 8.812, 8.894 e 8.893 (fls. 8/16);

A recorrente solicita nova análise dos documentos acostados aos presentes autos aduzindo o seguinte: "..., requer... dar efeito suspensivo à cobrança do ICMS... tendo em vista que a referida Empresa não tinha conhecimento até o referido



Processo Administrativo nº 2012/10/45104

período do conteúdo e das regras expressas do Decreto 13.286/2005 e na Portaria 87/2006 devido à ausência de divulgação das referidas informações pelo órgão fiscalizador – SEFAZ – induzindo assim, dezenas de contribuintes a falhar na emissão das notas fiscais".

Deve-se dizer que o Requerente não traz em seu Recurso qualquer documento ou fundamento jurídico novo, solicitando, tão somente, reconsideração da decisão acima mencionada, uma vez que pede reanálise dos documentos já anexados.

Atendendo à norma inserta no artigo 41 do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº 13.149, de 4 de novembro de 2005, os autos foram encaminhados à Procuradoria Fiscal para se manifestar acerca do recorrido, conforme despacho exarado pelo Presidente deste colegiado às fls. 83.

A douta Procuradoria opinou às fls. 84/88 pelo improvimento do presente recurso sustentando que "não há respaldo legal para a concessão do beneficio fiscal ..., uma vez que o contribuinte não preenche os requisitos estipulados pelo Decreto 13.286/05, ampliado pela Portaria 087/06".

Conclusos os trâmites, os autos foram encaminhados a este colegiado de composição mista para a distribuição e parecer do conselheiro relator.

É o resumido relatório, Senhor Presidente.

Em razão disso, solicito a inclusão em pauta para julgamento no Conselho de Contribuintes do Estado do Acre.

Rio Branco, 17 de junho de 2015.

Hilton de Araújo Santos Conselheiro – Relator



Processo Administrativo nº 2012/10/45104

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2012/10/45104

RECORRENTE: JULIO CESAR DA COSTA SILVA & CIA LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 01.011.528/003-81

ASSUNTO: CORREÇÃO DE NOTIFICAÇÃO ESPECIAL

ADVOGADO: NÃO CONSTA

PROCURADOR FISCAL: FELIX ALMEIDA DE ABREU

RELATOR: HILTON DE ARAÚJO SANTOS

Voto

Trata-se de recurso voluntário interposto tempestivamente pelo contribuinte acima identificado que se insurge contra a decisão proferida pela Diretoria de Administração Tributária por intermédio da Decisão DIAT nº 819/2013, que julgou improcedente o pedido de cancelamento da Notificação Especial nº 076601/2012, referente às notas fiscais de números 8.774 e 8.773; e Notificação Especial nº 079717/2012, referente às notas fiscais de números 8.812, 8.894 e 8.893 (fls. 8/16), em razão da não concessão de desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado nos termos do Decreto 13.286/2005, assim como de seu destaque no respectivo documento fiscal, por ocasião da venda de farinha de trigo acondicionada em sacos de 50 quilogramas (parágrafo único do art. 1º da Portaria 87/2006).

O Decreto nº 13.286, de 29 de novembro de 2005, na forma de seu artigo 1º, reduziu em 100% a base de cálculo do ICMS incidente sobre as operações com farinha de trigo acondicionadas em sacos de cinquenta quilogramas, desde que adquiridas diretamente de moinhos, quando destinada a indústria de panificação, biscoitos e macarrão.



Processo Administrativo nº 2012/10/45104

Por sua vez, a Portaria nº 87, de 16 de março de 2006, equiparou à operação acima citada àquela realizada por atacadistas ou distribuidores deste Estado que efetuam vendas internas destinadas às indústrias de panificação biscoitos ou macarrão, desde que devidamente inscritas no Cadastro de Contribuintes desta Secretaria (art. 1º, caput). Ao mesmo tempo em que condicionou essa igualação ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado, e a indicação, no respectivo documento fiscal, do valor do referido desconto (art. 1º, parágrafo único).

Como se depreende do que fora exposto, quando a farinha de trigo é adquirida diretamente de moinhos pela indústria de panificação, biscoito e macarrão a respectiva redução é imediata, não ficando as referidas indústrias sujeitas ao pagamento do ICMS antecipado, tendo em vista que há redução total da base de cálculo.

Ao reverso, os atacadistas ou distribuidores localizados neste Estado estão sujeitos ao pagamento do ICMS antecipado quando adquirem farinha do trigo acondicionadas em sacos de 50 quilogramas, considerando que somente as operações internas, quando destinadas às referidas indústrias é que serão beneficiadas com a redução, condicionada, ainda, ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação deste valor na nota fiscal.

No caso trazido à nossa apreciação, o Interessado, que atua no ramo atacadista, não cumpriu todos os requisitos indispensáveis a fruição do benefício, conforme prescrito na citada Portaria, já que não indicou nos documentos fiscais juntados aos autos às fls. 20/67 o valor do desconto concedido por ocasião da venda interna da farinha do trigo acondicionada em sacos de 50 quilogramas às indústrias de panificação biscoitos ou macarrão, não se podendo aferir se houve ou não o desconto no preço de venda equivalente a respectiva desoneração.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO realizado pelo Recorrente, e consequente manutenção da Decisão DIAT nº 819/2013, //



Processo Administrativo nº 2012/10/45104

por seus próprios fundamentos, uma vez que não indicou nos documentos fiscais juntados aos autos às fls. 20/67 o valor do desconto concedido por ocasião da venda interna da farinha do trigo embaladas em sacos de 50 quilogramas às indústrias de panificação biscoitos ou macarrão, não se podendo, por conseguinte, afirmar se houve ou não a concessão de desconto no preço de venda equivalente a respectiva desoneração.

Senhor Presidente, este é o meu voto.

Rio Branco, 17 de junho de 2015.

Conselheiro - Relator